

ATA DA REUNIÃO PARA DISCUSSÃO SOBRE A SEGURANÇA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE VARGEM ALTA. Aos quatro dias do mês de dezembro de 2019, reuniram-se no Plenário da Câmara Municipal de Vargem Alta, representatividades do Município, sendo a Associação Comercial de Vargem Alta - ACE -, o Poder Executivo representado pelo Prefeito Municipal João Abai e o Secretário Givaldo Panetto, o Poder Legislativo, representado pelos Vereadores Vicente Antônio Marques, Leila David, Antônio Land e Dionísio Weyson; e a Polícia Militar, representada pelo Policial Rodrigo. O presidente da ACE, Eugênio Aguzzi, abriu a reunião, resquido pelas colocações de demais comerciantes, levantando a questão da segurança no Município, haja vista o alto índice de crimes no município, sendo um média, 1 crime por dia. O Secretário Givaldo Panetto colocou o que nos traz a CF188 sobre segurança Pública. Mencionou a troca da sede da PM no Município, bem como a recuperação e aquisição de viaturas. Mencionou o alto índice, digo, o baixo índice de efetivo da PM no Estado do Espírito Santo, sendo totalmente defasado, sugerindo uma reunião em caráter emergencial com o Governo do Estado para tentar sanar tais situações. O Presidente da ACE levantou a possibilidade da guarda municipal para o Município. Panetto elucidou esta questão, considerando o alto valor e os impedimentos legais e financeiros para tal. Abriu-se a questão referente à quantidade do efetivo em torno de 30, porém seria insuficiente. Sendo o item guarda Municipal tendo ficado para um estudo mesmo com baixo efetivo e esclarecido. Com a palavra o Policial Rodrigo, esclareceu que a guarda municipal é para patrimônio municipal, e, representar o monitoramento como redução inicial, mas também esclareceu o alto custo deste, demonstrando sua imensa preocupação com a situação, mas em contrapartida esclareceu os al

dos custos para implementação de novas tentativas. Por este motivo, pediu uma parceria (fechamento) com a PM, que é o que Varginha Alta possui hoje, sugerindo a união entre a PM e a população. Levantou-se a proposta do "cerco" que está em andamento em Brasília, e inibe, sendo uma placa afixada em porteiros. Desta feita, o Prefeito Municipal mencionou a enorme preocupação também da Assembleia Legislativa em obter uma solução para tal situação, e, posteriormente se posicionou quanto à implantação da guarda municipal, que deve ser um bom pensamento e bem elaborado. O advogado Dr. Adilson explicou a audiência pública realizada em fevereiro de 2018, onde o Executivo estava representado, tendo ao seu final, uma reestruturação do Conselho Municipal de ^{segurança} Segurança, tendo sido elita intimamente a Sr^a Mariza, e, começou uma força tarefa na criação deste Conselho de Apoio; dentre as suas ações e videomonitoramento, dentre outros. Contudo, há um parecer emitido pela Procuradoria Municipal destacando alguns problemas sanáveis para a instituição deste Conselho, sendo estes vícios não impeditivos à criação do Conselho, sugerindo portanto, uma reunião com o Executivo para tratar sobre tais impiedades. Sendo o Secretário Givaldo Paneto colocando-se à disposição para instituição deste Conselho, tendo citado o trabalho realizado em Guajú neste sentido; Desta feita, o Prefeito Municipal se manifestou no sentido de resolver a questão do Conselho. O item seguinte colocado em pauta foi o videomonitoramento, onde o Executivo mencionou que na próxima semana uma equipe irá ao Município para mapeá-lo e seguir com a providência de comprar estes equipamentos para licitação, sendo o questionamento direcionado para demais localidades, que não somente a sede, sendo um projeto abrangente. Colocado em questão o encarceramento, o Prefeito esclareceu sobre a necessidade de reforma da Lei, pois a legislação vigente no Brasil infelizmente favorece os indivíduos que cometem atos infratores, mas rapidamente estão nas ruas novamente.

Quando esta uma situação tratada como um problema social a nível estadual, sendo uma preocupação verdadeiramente preocupante, sendo altamente necessário a manutenção do encarceramento de indivíduos, onde mais uma vez ressaltou-se a necessidade de uma reforma legislativa. Com a palavra a Vereadora Heila David, esta sugeriu novos pontos de iluminação, bem como uma nota da Prefeitura solicitando o apoio da população em trabalhar junto à Polícia Militar para denunciar. Aberta uma preocupação com o estagiário. Quanto à iluminação pública, o Prefeito mencionou um projeto de lei que passou pela Câmara Municipal, reformulando a Contribuição de Iluminação Pública, onde houve a inserção da contribuição de iluminação pública, que prejudica o Executivo, que ficou "sem caixa" para investir em iluminação pública, estando o Poder Executivo buscando um apoio junto à Caixa Econômica. O Vereador Antônio Landel manifestou-se, considerando achar injusto a iluminação pública ser cobrada em propriedades rurais que não possuem iluminação, sugerindo que a taxa seja cobrada nos centros (perímetros urbanos). O Sr. Eugênio Aguzzi questionou ao Executivo qual a relação do Executivo Municipal com a Secretaria de Segurança, que parece estar estruturando as relações com esta secretaria, tendo o Vereador Vicente Marques sugerido que a Secretaria de Segurança Estadual veja a realidade de municípios como Vargem Alta. Voltando à questão da efetivo da Polícia Civil no Município, que é altamente insuficiente. Em relação às "brigadas de bar", o prefeito sugeriu um diálogo com os comerciantes para não prejudicar o comércio e o turismo, tendo o Vereador Wilson dito que haverá um estudo na Câmara para isso. Após, foi colocado em pauta a possibilidade de aquisição de drones para apoio à Polícia. A Vereadora Heila novamente mencionou a real necessidade de uma ação urgente, inclusive, uma movimentação de todos para tal, tendo o Secretário Givaldo sugerido uma audiência pública com o Secretário de Segurança do Es.

